

FORTALECIMENTO DO FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO

Políticas Públicas

José Aparecido de Oliveira –aluno de pós-graduação do curso de Educação, Ambiente e Formação Humana para Sustentabilidade da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba - Paraná, Brasil. Email jptcido@pop.com.br,

Marilene Zazula Beatriz – Docente e Pesquisadora do Programa de Mestrado de Psicologia Social Comunitária da Universidade Tuiuti do Paraná, da Pós-graduação de Educação, Ambiente e Formação Humana para a Sustentabilidade, do curso de graduação em Psicologia. Email marilene.zazula@utp.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar se o Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais – Paraná está promovendo o fortalecimento e a consolidação do movimento da Economia Solidária no referido município. A pesquisa se constituiu em um estudo de caso e teve como participantes os integrantes do Fórum, a saber: os empreendimentos econômicos solidários, os gestores públicos e as entidades de apoio. Os dados coletados foram abordados por meio de consultas a documentos de domínio público, denominados de Atas relativas às 15 reuniões ordinárias do referido Fórum no período de 09/2009 a 02/2011. Conclui-se que os empreendimentos econômicos solidários estão se fortalecendo, no entanto, ainda fortemente orientados para o atendimento de suas necessidades imediatas como o escoamento da produção e que as questões relativas ao debate político e estratégico do movimento ainda não têm o devido espaço no Fórum enquanto proposta de um movimento contrário ao sistema econômico vigente.

Palavras Chave: Economia Solidária; Fórum Municipal; Sociedade Civil; Movimento Social; Fortalecimento.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar se o Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais – Estado do Paraná está promovendo o fortalecimento e a consolidação do movimento da Economia Solidária no referido município.

A Economia Solidária é considerada como um dos movimentos contrários à hegemonia econômica mundial devido a sua forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, tornando-a uma forma inovadora e uma alternativa de geração de trabalho e renda, além de atuar como uma das respostas a favor da inclusão social.

Dentre os atores sociais envolvidos neste movimento e, conseqüentemente, integrantes do Fórum Municipal supramencionado, encontram-se: os empreendimentos econômicos solidários, como por exemplo, grupos de trabalho ou coletivos informais; iniciativas de consumo crítico, solidário e coletivo; bancos comunitários; clubes de troca; lojas de economia solidária; feiras; associações de trabalho; cooperativas populares; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo e empreendimentos coletivos autogestionários, entre outros, os quais necessitam fortalecer-se face ao contexto mundial de desemprego estrutural, a

precarização das condições de trabalho e dos direitos sociais. As entidades de apoio que oferecem apoio e fomento à Economia Solidária, geralmente organizações não governamentais (ONGs) e universidades, por meio de incubadoras tecnológicas. E os gestores públicos, membros de entidades públicas no âmbito federal, estadual e municipal que atuam na gestão de programas de desenvolvimento da Economia Solidária.

Apesar do movimento cooperativista no Brasil ter-se iniciado por volta de 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias de Fourier, fundou, com um grupo de europeus, a colônia Tereza Cristina (Paraná), somente nas últimas duas décadas é que o movimento de Economia Solidária no Brasil tomou corpo devido a forte massa de pessoas, em idade economicamente ativa, estarem sobrevivendo do trabalho à margem do setor capitalista hegemônico. “Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio que só pode ser superado por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de Economia Solidária” (SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL, 2004, p. 14). Neste sentido, o que se constata no Brasil, apesar do acúmulo que o movimento da Economia Solidária já produziu, entre a articulação de centenas de programas e ações federais e centenas de políticas municipais e estaduais há ainda muito por se fazer para que a Economia Solidária consiga se estruturar e fazer frente ao modelo hegemônico de mercado.

Um dos objetivos do movimento é o de despertar nos trabalhadores, educados para o emprego e para o empreendedorismo, à possibilidade de se trabalhar e produzir de forma autônoma, autogestionária e coletiva, sem laços de dependência e opressão, buscando a distribuição equitativa das riquezas produzidas.

2. Sistema Econômico Vigente

O século que passou culminou com a promessa de que todos terminariam se integrando à sociedade de consumo e prosperaria sob democracias liberais em um mundo pacificado, ecoado pelas mídias cada vez mais onipresentes. Como afirma Leite (2003, p.09), “informação manipulada invadiu todos os segmentos da sociedade em vez de esclarecer, confunde, e influencia a todas as instituições, excluindo outras, alternativas econômicas”. E que só sobreviveriam aqueles que se adequassem ao modelo hegemônico de modernidade e de integração, sendo o mercado uma condição natural da humanidade inserido na sociedade mercadológica.

Ainda para Leite (2003, p. 10) “As políticas neoliberais foram apresentadas como única orientação capaz de permitir o progresso”, o que para o autor foi o que motivou: a abertura dos mercados e a liberalização econômica; a redução da intervenção do Estado na economia; a desregulamentação, a privatização e a garantia da propriedade intelectual; a redução dos gastos sociais e o aumento da competitividade global.

Foram mudanças como a expansão econômica em todos os quadrantes do planeta, do estado de bem estar social em países centrais e do desenvolvimentismo em boa parte das economias periféricas.

Além disso, segundo Bertucci e Silva (2003, p.65), “a reestruturação produtiva provocou e alterou de forma rápida e intensiva o mercado e as condições de trabalho, com a extinção de milhões de ocupações e a “flexibilização” e eliminação de direitos sociais conquistados anteriormente”, levando a precarização cada vez mais presente no mundo do trabalho, “o que para o conjunto da sociedade restou o processo de exclusão social” (SILVA, 2002, p. 17).

Tudo isso culminou com a estruturação do mercado mundial, favorecendo o surgimento de forças agrupadas em três vertentes segundo Batista Junior (2005), a saber: a positiva, a crítica (negativa) e a cética. As duas primeiras são mais comuns, embora opostas tenham um traço de união; sobrevivem com a existência do fenômeno da globalização e partem da premissa de que é uma nova era da história econômica mundial, depois de longo período de hegemonia da corrente favorável à globalização, a corrente crítica colheu adesões, pós as numerosas convulsões cambiais e surtos de instabilidades financeiras, e combinação de fatores como juros altos e ajustes fiscais, agravamento da recessão, sem alcançar o objetivo de restabelecer a confiança dos mercados e os influxos de capitais, culmina com a crise financeira mundial e outras crises embutidas como: a ambiental e a civilizacional. Já a vertente cética põe em dúvida a abrangência do processo de internacionalização das últimas décadas, considerando-se um fenômeno inédito e irreversível e até mesmo a validação do conceito de globalização, associadas à diluição das fronteiras e declínio do estado nacional com predomínio das empresas transnacionais sem viés ou base nacional identificáveis (BATISTA JUNIOR, 2005). A positiva tem raízes no liberalismo econômico; a crítica assume feições apocalípticas, foca a tradição marxista (o próprio Marx é apresentado com frequência como “profeta da globalização”). A cética verte do nacionalismo econômico e do pensamento Keynesiano interpretada de diferentes formas, praticada pelos setores populares que confronta diretamente com o modelo hegemônico, avanços tecnológicos e os novos modelos de gestão

intensificadores de trabalho que diminuem em termos absolutos a necessidade de mão de obra.

Em contraposição a estas forças hegemônica mundiais surgem movimentos sustentando que “o mundo não é mercadoria” e que o “mundo não está à venda” como diz Leite (2003, p.11) o que propicia que parte de um segmento da população, passe a exercer práticas e experiências associativas e comunitárias, como as baseadas nos princípios do movimento da Economia Solidária.

3. Economia Solidária

Conforme supramencionado um dos movimentos contrários à hegemonia econômica mundial pode ser considerado o da Economia Solidária com sua forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, tornando-a uma forma inovadora e uma alternativa de geração de trabalho e renda, como uma das respostas a favor da inclusão social.

Paralelamente aos desastres ecológicos, fome, desemprego, dentre outras mazelas, as tecnologias evoluem com extrema rapidez, virtualmente entregando ao homem as chaves necessárias para a resolução de seus problemas materiais. Essas potencialidades, entretanto, se defrontam com regimes políticos que, relegando a cidadania para um plano sem importância, tornam os cidadãos impotentes diante dos desafios contra os quais se vê defrontado.

Singer (2002, p.10) comenta que a desigualdade “[...] não é natural e a competição generalizada tampouco o é”, mas que resulta da forma como se organizam as atividades econômicas as quais se denominam modos de produção. O modo de produção capitalista tem como princípios: o direito à propriedade, o acúmulo do capital e a liberdade individual. O outro modo de produção que tem como princípio a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual pode ser chamado de Economia Solidária.

No centro das iniciativas e da rede de Economia Solidária está à busca do reequilíbrio dos sistemas bioecológico, socioeconômico e do técnico e científico, na base de qualquer atividade humana de produção de bens e serviços. O que Grzybowski (2009, p.11), chama de “raízes de uma nova economia, seja na relação entre seres humanos com a natureza, seja na relação entre eles mesmos ao produzir, repartir e consumir os bens”.

Surge de atitudes críticas frente ao sistema hegemônico orientado pelos valores não mercantis como: a solidariedade, a democracia e a autonomia, tendo por objetivo o desafio da construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos. Significa também que é “preciso redesenhar e exercitar, na prática as

experiências alternativas”, segundo Bertucci (2002, p.19), norma que vai se tornando um embrião de outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente.

A Economia Solidária favorece o surgimento de diversas práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de: cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Diante do contexto da crise do mundo do trabalho, despontam iniciativas que na perspectiva do modelo liberal, são enfatizadas como empreendedorismo e empregabilidade. A primeira objetiva a mobilização e o exercício da capacidade empreendedora para iniciar novos negócios, propondo que os desempregados se transformem em pequenos empresários. Já a segunda tem por objetivo a condição e capacidade de reciclagem profissional (atualização contínua) e de adaptação a diferentes áreas de atuação (BERTUCCI; SILVA, 2003), nos dois casos a responsabilidade pela permanência, recolocação e solução da crise do trabalho é atribuída aos indivíduos e não ao sistema.

A Economia Solidária reflete a percepção emancipatória e destacam as variadas e complexas formas de organização do trabalho e a produção protagonizadas pelos setores populares, práticas coletivas de trabalho e de produção; que estão sendo disseminadas pelo Brasil surgindo “nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresa de autogestão” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.66).

No atual contexto são duas as questões a considerar. A primeira é que, representa um conjunto de iniciativas econômicas populares que expressam valores e práticas diferentes dos hegemônicos na sociedade capitalista. A segunda, a percepção da fragilidade e da pouca organicidade das iniciativas, isoladas, por melhor que sejam são frágeis diante de uma correlação de forças desfavorável. (BERTUCCI, 2002, p.24)

Os desafios a serem enfrentados são o de fomentar e de fortalecer as relações internas de solidariedade combinadas com a eficiência da cooperação; a articulação das diversas iniciativas em redes e fóruns para intervir nas políticas públicas; a necessidade de que os movimentos populares transformem a Economia Solidária em um elemento político indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento.

Fortalecer as formas relativamente autônomas de auto-regulação, pouco manifestas, depende da coesão no campo dos Movimentos Populares. Para Bertucci e Silva (2003, p.69),

“são eles que podem transformar a Economia Solidária em argumentos de luta política cujo protagonismo é indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento”. No entanto, o êxito da Economia Solidária depende da consciência que os indivíduos desenvolvem sobre a realidade e sobre os direitos que dispõem na sociedade e quanto à possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos de direitos e capazes de construir suas experiências.

Viver associados obedece a uma dinâmica de compartilhar um determinado espaço, político legal e institucional para se protegerem e se auxiliarem mutuamente, para viver em associação (RESENDE; CASTOR, 2005). Então a vivência comunitária exige o pressuposto de ir aprendendo a conviver com os jeitos diferentes de cada um, fator de extrema importância para os empreendimentos de Economia Solidária.

“A Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam enquanto produtoras, poupadoras e consumidoras, entre outros, uma vida melhor” (SINGER, 2002, p.114). E os Fóruns de Economia Solidária tem sido um instrumento importante de articulação da sociedade civil que se constituem em espaços de formação, informação e planejamento de estratégia conjunta para intervenção nas políticas públicas, sendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária sua expressão máxima.

4. Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

Está organizado em mais de 130 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municipais pela rede de gestores em Economia Solidária (1).

É fruto de um processo histórico que culminou na realização do I Fórum Social Mundial (FSM) mobilizando “4 mil delegados e 16 mil pessoas de 117 países” (Leite, 2003, p. 66) em janeiro de 2001. Dentre as oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes integraram a oficina de “Economia popular solidária e Autogestão” a qual tratou da auto-organização dos/as trabalhadores/as, das políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

A manifestação de interesses e a necessidade de se articular uma participação nacional e internacional do I FSM propiciou a constituição do grupo de trabalho brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), composto por redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário.

Em 2002, o GT-Brasileiro elaborou a carta ao Governo do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva – “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” - documento que estabeleceu a interlocução com o governo federal e apresentou as diretrizes gerais da Economia Solidária que reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Em 2003, realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, evento que culminou, de forma definitiva, na denominação de Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A SENAES foi constituída pouco antes deste evento. O FBES saiu desta plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da plataforma de lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de se definir a composição e o funcionamento do FBES, foi iniciado um processo de interlocução com a SENAES com o compromisso de promover intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência. “Tendo por base um lastro de experiências de Economia Solidária que já estavam em curso” (BARBOSA, 2007, p.239) não foi uma estrutura programática elaborada pela equipe governamental para atender determinado problema e demanda social, ao contrário veio das bases da sociedade.

A partir deste processo, a Economia Solidária foi desafiada a gerir o abastecimento, a comercialização, a idéia da moeda social, a promoção de rodadas de negócio, a realização de feiras em todos os Estados, a realização de campanhas de consumo consciente, comércio justo e solidário, a constituição de redes, cadeias produtivas e finanças solidárias, o debate sobre o marco legal, especialmente acerca da lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho.

Uma das representatividades do FBES está nos fóruns municipais. Para efeito desta pesquisa focalizar-se-á o Fórum Municipal de São José dos Pinhais no Estado do Paraná.

5. Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais – Estado do Paraná

A Economia Solidária, nos últimos anos, vem afirmando-se como um campo de atores que buscam alternativas econômicas e políticas inovadoras para resolução dos problemas cotidianos, induzindo processos de auto-organização coletiva e solidária. Conforme Schwengber (2004, p. 2), “essa política demanda ações transversais que articulem instrumentos de várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto propulsor da emancipação e sustentabilidade”. Tais características, muitas vezes, existem

apenas na intenção, sem efetiva realização, pelas dificuldades próprias à natureza da relação política, profundamente conflituosa, seja no interior da máquina de governo, seja entre o poder público e os atores da sociedade civil.

Contudo, trata-se de um horizonte que começa a desenhar-se como prática e aprendizado para muitos atores, em experiências que já caminham nesta direção, não sendo diferente em São José dos Pinhais onde estas interações, parcerias ou articulações tendem a ocorrer em dois níveis. O primeiro deles concerne às articulações entre os atores da sociedade civil que compõem o campo da Economia Solidária e seus espaços públicos constituídos, como o Fórum Municipal de Economia Solidária, que se tornam interlocutores diretos na concepção, implementação e avaliação da política. O segundo aspecto diz respeito à vocação que tais políticas possuem de suscitar interações dentro da própria estrutura de governo, incitando ao diálogo e a ação conjunta com as secretarias municipais. Isto se deve à natureza dos problemas mobilizados pela Economia Solidária, que implicam em transversalidade de tratamento.

O Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais foi constituído logo após a Conferência Municipal de Economia Solidária realizada no dia 04 de Julho de 2009, com o objetivo de promover o debate entre empreendimentos, entidades de apoio e o governo sobre questões relacionadas ao seu planejamento, suas diretrizes, além de contribuir para o desenvolvimento municipal.

A revisão da literatura aqui apresentada procurou demonstrar questões relativas ao sistema econômico vigente e o movimento da Economia Solidária no Brasil por meio da representação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e de um Fórum Municipal. É nesse contexto de idéias, práticas e lugares que se encontra o movimento da Economia Solidária de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, representado pelo seu Fórum Municipal, o ponto de partida desse estudo e de sua questão norteadora: se o mesmo está promovendo o fortalecimento e a consolidação do movimento da Economia Solidária no referido município.

6. Aspectos Metodológicos

A análise se o Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais – Estado do Paraná, está promovendo o fortalecimento e a consolidação do movimento da Economia Solidária no referido município, foi pesquisado a partir dos seguintes aspectos metodológicos:

Os dados utilizados foram obtidos junto a fontes secundárias e primárias. Os dados secundários foram abordados por meio de consultas a documentos de domínio público, denominados de Atas relativas às reuniões ordinárias do Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais, Estado do Paraná (vide Quadro 1). De acordo com Richardson (1989, p.182) “[...] a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”. Além disso, segundo Yin (1987), para o estudo de caso, o mais importante na utilização de documentos é corroborar e aumentar a evidência de outras fontes porque, primeiro os documentos são úteis na verificação do correto título ou nomes de organizações que foram mencionados, por exemplo, em uma reunião. Segundo, os documentos podem prover outros detalhes específicos para corroborar informações de outras fontes e, terceiro, inferências podem ser feitas a partir de documentos devendo ser tratadas como indícios valiosos para investigações mais profundas, mais do que para conclusões definitivas. Sendo assim, a análise documental possibilitou a complementação dos dados obtidos junto às fontes primárias.

Os dados primários foram coletados por meio de observações assistemáticas realizadas durante a participação em várias destas reuniões.

A pesquisa constitui-se num estudo de caso. Em termos gerais, o estudo de caso utiliza abordagem metodológica fundamentalmente qualitativa. Como Yin (1987) observa, o estudo de caso é uma forma particularmente apropriada para entender condições contextuais, acreditando que elas poderão ser altamente pertinentes para o entendimento mais abrangente do fenômeno em estudo (no caso, o movimento da Economia Solidária). O nível de análise do estudo foi o grupo. A unidade de análise foi formada pelos 3 segmentos do movimento da Economia Solidária: o governo, as entidades de apoio e os empreendimentos econômicos solidários.

Com relação ao tratamento dos dados, foram empregados procedimentos descritivo-qualitativos. Para efeito desta análise, as atas foram categorizadas em 5 grandes temas, a saber: Comercialização; Política de economia solidária; Organização do fórum; Formação para economia solidária e Programa de economia solidária do governo municipal.

A população deste estudo de caso compreendeu os integrantes do Fórum de Economia Solidária. A amostra foi composta por integrantes do Fórum de Economia Solidária do município supramencionado, composta por representantes do governo, das entidades de apoio

e dos empreendimentos econômicos solidários participantes de cada uma das 15 reuniões, conforme apresentado no Quadro 1.

Cada reunião foi realizada mensalmente, com duração em média de 2 horas cada, durante o período de 2/09/2009 a 03/02/2011.

Quadro 1 - Relação das Atas

Nº	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
01	24/09/2009	Formação Programa de Economia Solidária Política de Economia Solidária Organização do Fórum	Governo (GOV) – 05 Entidade de Apoio (EA) – 07 Empreendimento Econômico Solidário (EES) - 11
02	05/11/2009	Programa de Economia Solidária Organização do Fórum	GOV – 05 EA – 04 EES - 06
03	03/12 /2009	Comercialização	GOV – 01 EA – 02 EES – 01
04	04/02/2010	Comercialização	GOV – 02 EA – 01 EES - 03
05	04/03/2010	Formação Política de Economia Solidária Comercialização	GOV – 05 EA – 03 EES - 11
06	01/04/2010	Política de Economia Solidária Comercialização	GOV – 02 EA – 02 EES - 07
07	08/06/2010	Política de Economia Solidária Comercialização	GOV – 02 EA – 02 EES - 13
08	01/07/2010	Política de Economia Solidária Comercialização Organização	GOV – 03 EA – 01 EES - 08
09	5/08/2010	Comercialização Formação Política de Economia Solidária	GOV – 02 EA – 01 EES - 07
10	02/09/2010	Comercialização Política Economia Solidária Organização Programa de Economia Solidária	GOV – 03 EA – 01 EES - 06
11	07/10/2010	Organização Política Economia Solidária Comercialização	GOV – 03 EA – 01 EES - 12

		Formação	
12	04/11/2010	Política de Economia Solidária Comercialização Formação	GOV – 01 EA – 00 EES - 12
13	02/12/2010	Comercialização Políticas de Economia Solidária	GOV – 02 EA – 01 EES – 13
14	06/01/2011	Comercialização Organização Política de Economia Solidária	GOV – 02 EA – 01 EES - 10
15	03/02/2011	Política de Economia Solidária Organização Comercialização	GOV – 02 EA – 01 EES - 16

Fonte: Atas das reuniões ordinárias do Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais.

7. Análise e Discussão dos Dados

Diante do exposto passou-se para a análise das atas das reuniões ordinárias realizadas com o objetivo de se compreender se houve avanços ou não do movimento da Economia Solidária no âmbito do referido município. Para efeito desta análise, as atas, foram categorizadas em 5 temas, a saber: comercialização; política de economia solidária; organização do fórum; formação para economia solidária e programa de economia solidária do governo municipal.

Neste sentido, o tema de *comercialização*, compreendido como o escoamento da produção por meio de organização de feiras de Economia Solidária, predominou em 13 das 15 reuniões do fórum, ocupando em geral, a maioria do tempo do debate, versando sobre: locais de feira; organização de barracas, custo, ocupação da barraca vazia, resolução de conflitos surgidos durante os eventos, a criação de um regimento para participação em feiras. Historicamente a Economia Solidária foi desafiada a gerir várias questões, incluindo a comercialização, item de suma importância para a manutenção dos empreendimentos econômicos solidários. Percebeu-se que o fórum esta sendo utilizado como um espaço que busca predominantemente soluções de atendimento das necessidades imediatas dos empreendimentos, conforme demonstrado no alto número de incidências deste tema nas atas. Porém, observou-se deveria ser um espaço para debates políticos e estratégias para a construção de um novo projeto de desenvolvimento sócio econômico baseado na Economia Solidária.

O tema relativo a *Políticas de Economia Solidária* apareceu em 12 reuniões, versando sobre o mapeamento de empreendimentos econômicos solidários no Estado do Paraná, informações e avaliações das conferências regional e nacional de Economia Solidária, agenda da FBES, Lei Municipal e Estadual de Economia Solidária, Conselho Municipal de Economia Solidária, legislação sobre idade mínima para se trabalhar. Observou-se que muitas destas questões versaram sobre: o movimento de Economia Solidária externo ao município. Entretanto, percebeu-se que isto pode auxiliar sobremaneira a compreensão dos atores sociais envolvidos no fórum municipal em relação ao seu próprio movimento.

A *organização* do fórum apareceu em 7 reuniões, que versou sobre: a comissão provisória para organizar as reuniões do fórum, a elaboração de uma marca/símbolo do movimento ecosol local e o cadastramento dos empreendimentos econômicos solidários na prefeitura. Já o tema *formação* apareceu em 5 reuniões que discutiu sobre: formação de preço, técnicas de vendas e administrativas e o debate sobre a Carta de Princípios da Economia Solidária. Além disso, houve a preocupação em trazer empreendimentos mais antigos para darem seus depoimentos. Houve também esclarecimentos sobre os objetivos e o funcionamento da CFES – Centro de Formação de Economia Solidária. O que se percebeu é que, apesar do interesse no tema formação, os grupos demonstraram maior preocupação quanto ao escoamento da produção (comercialização), deixando tal tema em segundo plano. Parece que a formação mais privilegiada é a informal no sentido de participação de boa parte destes atores sociais em atividades como conferências e reuniões no fórum estadual. No entanto, existe certa dificuldade para fechar turmas no que tange a cursos oferecidos pelo Programa Municipal de Economia Solidária. Apesar disso, sabe-se que o êxito da Economia Solidária depende da consciência que os indivíduos desenvolvem sobre a realidade e sobre os direitos que dispõem na sociedade e quanto à possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos de direitos e capazes de construir suas experiências. Observou-se, pelos relatos das atas, que os empreendimentos econômicos solidários estão se fortalecendo enquanto vozes que influenciam e são influenciados, constituindo-se em atores que ajudam a construir sua própria história.

Já os temas Programa Municipal de Economia Solidária, finanças, banco social e microcrédito, parecem ser de baixa relevância para os participantes do Fórum, já que somente apareceu em 1 das 15 reuniões realizadas.

Conforme apresentado no Quadro 1, observou-se que integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária tiveram 64% de participação nas reuniões do

Fórum, enquanto que o segmento gestor público ou governo foi de 23% e as entidades de apoio atingiram 12% de participação. Considerou-se que alguns empreendimentos tiveram mais de um representante presente nas reuniões.

Por outro lado, observou-se a partir da análise acima, desconsiderando a participação e considerando o empreendimento econômico solidário, a entidade de apoio e gestor público com direito a um voto da representação e não dos participantes a uma queda na representação de 53% dos empreendimentos, enquanto a participação do poder público, como representante, sobe para 30% e as entidades de apoio de 12% passam para 16%.

As entidades de apoio tiveram uma presença de conformação, pois a representatividade ficou abaixo dos 25% nos processos de decisões enquanto que os gestores públicos tiveram um peso maior e acabaram por definir o rumo das atividades junto com os empreendimentos.

O peso dos empreendimentos nos processos de influência pôde inferir sobremaneira o rumo da política pública municipal, demonstrando que o movimento social tem atuado de forma intensa neste Município e, conforme Bertucci e Silva (2003, p.69) comentam “são eles [os movimentos populares] que podem transformar a Economia Solidária em argumentos de luta política cujo protagonismo é indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento”.

8. Considerações Finais

O Fórum Municipal de São José dos Pinhais deve ser instrumento dos atores que realmente praticam a Economia Solidária: os empreendimentos. Entende-se que é necessário desenvolver formas de articulação entre os diversos objetivos econômicos, sociais, ambientais e culturais e, conseqüentemente, de colaboração entre os diversos segmentos que participam da construção social destes objetivos.

A análise de algumas experiências de São José dos Pinhais que parte dessas novas estruturas está sendo formulada por indivíduos, comunidades e algumas organizações que atuam sob novas formas de pensamentos e de princípios, e atuação em redes colaborativas pode ser uma solução para muitos pequenos empreendimentos.

A colaboração é uma tendência a ser considerada quando se discutem novos paradigmas de produção e consumo e deve ser entendida de forma abrangente de modo a reforçar a centralidade da atuação da cidadania e suas representações coletivas, assim como as potencialidades.

Este é um elemento absolutamente central, uma vez em que se vive em um cenário em que as soluções dos impasses atuais passam pelo reconhecimento da existência de novos atores sociais e políticos, pela socialização do poder, pela descentralização das estruturas de gestão, pela radicalização da democracia, só assim o movimento de Economia Solidária poderá dar um salto organizativo livre da interferência do governo local, repensando as estruturas decisórias e de participação popular em prol de um novo paradigma civilizatório.

A região ou território precisa ser compreendido pelo gestor de plantão como um conjunto das relações sociais que constituem as formas de produção e de consumo locais, o lócus para se pensar e para agir, de modo a estabelecer e construir novos caminhos a partir do fortalecimento da democratização. O território tende a se fortalecer como o espaço de construção da vida, da cultura, da política e também das relações econômicas. É necessário pensar numa mudança da cultura do desenvolvimento, em que uma comunidade deixa de ser vista como ator passivo, que espera pacientemente, para se converter no responsável pela construção de sua própria história e transformações, sendo isto é considerado em vários momentos pelo Fórum Municipal estudado.

Ao deslocar as iniciativas do desenvolvimento para próximo da população que necessita da política pública de geração de renda, melhoram-se as condições de participação e de decisão por parte dos cidadãos que passam atuar com base em práticas e soluções articuladas a partir de demandas específicas e dos problemas.

A Economia Solidária deve ser entendida não somente como alternativas econômicas de produção e de consumo, mas como um potencial emancipador, capaz de atuar em diferentes escalas, desde o local até a global, mas o Fórum ainda não foi capaz de perceber tal dimensão. As práticas que respondam a esses elementos que dependem, em grande medida, da integração dos atores que consigam atuar em redes de colaboração e de apoio mútuo.

O Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais é caracterizado pela forte presença de empreendimentos de artesanato que participam com o objetivo da comercialização e já possuem um histórico de subordinação ao poder público local, e que influenciam os novos atores do movimento.

A formação e a organização do Fórum não é uma demanda da agenda da sociedade civil organizada, pois o mesmo surge a partir da I Conferência de Economia Solidária, que ocorreu em 4 de julho de 2009, chamada pelo poder público local. A partir da mesma foi estabelecido o Programa Municipal de Economia Solidária e apresentada a Lei Municipal,

No. 1.591, de 19 /08/2010, que estabelece a criação o conselho municipal e estruturação do fundo municipal de Economia Solidária e selo certificador.

Os dados analisados através da presente pesquisa permitiram observar que, o Fórum Municipal representou um avanço para o movimento da Economia Solidária, propiciando espaço de reflexões e debates, bem como novas oportunidades de comercialização para os empreendimentos. Porém os atores não assumiram seu papel de influir na cultura da produção, do consumo e de valores sociais impregnados na sociedade. Além disso, o Fórum está atrelado fortemente ao Programa Municipal, o qual atua de forma paternalista, no sentido de demandar para os empreendimentos uma agenda e, sem que eles tenham voz ativa ou exerçam o princípio da autogestão e da autonomia participativa.

Este estudo também sugere sistematizar e apontar meios e análises para subsidiar futuras reflexões e temas referentes aos fóruns municipais e, abre possibilidades de aplicação com o foco no campo da Economia Solidária, tendo com base as características dos empreendimentos econômicos solidários.

9. Referências Bibliográficas

Barbosa; R. N. C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

Batista Junior, P. N. **O Brasil e a economia internacional**: recuperação e defesa da autonomia nacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Bertucci, A. A., & Silva, R. M. A. (Org.). **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileiras dos PACs a EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

Bertucci; A. A. **Economia Popular Solidária**. Revista de Conjuntura, Ano II (11), 17-24, 2002.

CIRANDAS, **o que é o fbcs**. Disponível em <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>. Acesso em 05 Abr. 2011.

O que é o FBES. Disponível: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>. Acesso em 05 Abr. 2011.

Grzybowski, C. **Mudar mentalidades e práticas**: um imperativo. Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 3 (27), 2009. Recuperado em 1 maio de 2011, em <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=437>

Leite; J.C. **Fórum Social Mundial**. A história de uma invenção política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Resende, D. A., & Castor, B. J. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

Richardson, R. J. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Lei Municipal No 1.591**, - 19 de Agosto 2010, Dispõe sobre o programa municipal de Economia Solidária e cria o Conselho Municipal de Economia Solidária, São Jose dos Pinhais, 19, Ago. 2010, p.1. Ministério do Trabalho, **Economia Solidária o que**. Disponível: http://www.mte.gov.br/ecosolidária/ecosolidária_oque.asp. Acesso em 05, Abr. 2011.

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Programa Paranaense de Economia Solidária. Termo Técnico de Referência . Curitiba-Paraná, 2004.

Schwengber, A. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil**, 2004. Recuperado em 05 abril de 2011, em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria?conf_red.pdf,

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



Singer, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Silva, J. P. André Gorz Trabalho e Política. São Paulo: Annablume, 2002.

Yin, R. K. **Case Study Research - Design and Methods**. London: Sage Publications, 1987.

(1) Fonte: (<http://cirandas.net/fbes>)